

Lei nº 1.013/2015

“Dispõe sobre a doação com encargo de um terreno situado à RODOVIA MGT 383, KM 01, QUE LIGA MINDURI X SÃO VICENTE DE MINAS, e dá outras providências.”

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, na forma do art. 17, § 4º da lei nº 8.666/93, um terreno situado na Quadra “D”, lote nº 04 no Complexo Industrial de Minduri com área de 18.910,91 m². (Dezoito mil, novecentos e dez virgula noventa e um metros quadrados), com as medidas e confrontações expressas no croqui anexo, à empresa **CERÂMICA ARAUJO RIBEIRO MINDURI LTDA, CNPJ nº 05.607.006/0001-45**, para fins de fomentar a atividade comercial e industrial do Município de Minduri.

Parágrafo único. A área de terreno, objeto da presente doação, destina-se à exploração de **FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA OU BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO CIVIL – EXCETO AZULEJOS E PISOS.**

Art. 2º Por força da presente lei, constituem obrigações do donatário:

I – Atender a legislação municipal e tomar todas as providências previstas na legislação ambiental aplicável, em tempo hábil, junto às autoridades competentes;

II – Contratar mão-de-obra local, sempre que possível, para o quadro de funcionários da empresa;

III – Cumprir integralmente as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias perante os seus empregados;

IV – Manter em funcionamento a unidade industrial por um período mínimo de 10 (dez) anos, a contar da data da publicação da presente lei.

§ 1º. É vedado à donatária, dentro do prazo indicado no inciso V, modificar a destinação do imóvel sem autorização do Município, aprovada em lei.

§ 2º. O não cumprimento das obrigações constantes deste artigo, implicará na reversão, ao patrimônio do Município, da área e todas as benfeitorias que a donatária tiver realizado, sem que caiba a esta qualquer indenização ou ressarcimento.

Art. 3º Como contrapartida pela doação autorizada nesta lei, a donatária deverá cumprir as seguintes obrigações, como encargos mínimos:

I – Reforma Na Praça Sálvio Magalhães, com ampliação de aproximadamente 80,00 m² (Oitenta metros quadrados) , e construção de 02 (dois) quiosques com área total de mais ou menos 40,00m² (Quarenta metros quadrados) observando às especificações técnicas constantes no projeto arquitetônico a ser elaborado e fornecido pelo Município;

II – Manter pelo menos 20 (vinte) postos de trabalho pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 1º O encargo a que se refere o inciso I deste artigo deverá ser realizado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da formalização da escritura pública de doação, e o encargo de que trata o inciso II será exigível e acompanhado pelo Município a partir do segundo mês seguinte à publicação desta lei.

§ 2º O não cumprimento das obrigações constantes deste artigo implicará na reversão, ao patrimônio do Município, da área e todas as benfeitorias que a donatária tiver realizado, sem que caiba a esta qualquer indenização ou ressarcimento. O mesmo se aplica em caso de falência ou encerramento das atividades da empresa donatária.

Art. 4º. As obrigações e encargos constantes dos artigos 2º e 3º deverão ser transcritos na escritura de doação, a qual deverá ser lavrada no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 5º A alienação, permuta ou qualquer outra transação envolvendo o terreno, dentro do prazo estipulado no inciso V do art. 2º, só poderá ocorrer com a anuência da Prefeitura, mediante sua interveniência na escritura de transferência e a preferência deve ser dada à firma cadastrada e que ofereça o maior número de empregos.

Art. 6º Sem prejuízo do controle a ser feito pela Prefeitura, caberá à Câmara Municipal promover o acompanhamento e a fiscalização da execução da presente lei, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações e encargos nela fixados, através de comissão permanente ou especial a ser designada por seu Presidente, devendo o Poder Executivo fornecer-lhe todas as informações pertinentes que vierem a ser requisitadas, e cabendo ao(à) donatário(a) conceder livre acesso às instalações produtivas edificadas no imóvel doado para realização de inspeções, enquanto perdurarem obrigações a serem cumpridas.

§ 1º Caberá também à comissão de que trata este artigo fiscalizar a execução da obra de que trata o inciso I o artigo 3º desta lei.

§ 2º Deverá ser transcrita, na escritura pública de doação do imóvel, o aceite do(a) donatário(a) à fiscalização legislativa prevista neste artigo.

Art. 7º Todas as despesas decorrentes do desmembramento e da escrituração e registro da transferência do terreno doado correrão por conta da donatária.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Minduri, 1º de setembro de 2015.



José Ronaldo da Silva
Prefeito Municipal